

“O que é da natureza não se mexe”:
memória e degradação ambiental
na Lagoa de Sombrio-SC (1960-2010)

Alfredo Ricardo Silva Lopes¹
Eunice Sueli Nodari²

Introdução

A percepção da degradação da Lagoa de Sombrio, situada no Extremo Sul de Santa Catarina, não aconteceu à medida que eventos de naturezas diversas incidiram sobre suas margens. Ao longo dos últimos cinquenta anos, o manancial passou por uma série de antropizações que só nos derradeiros quinze anos foram percebidas pelas populações dos centros urbanos que margeiam a Lagoa de Sombrio. Entretanto, os pescadores, que dependem diretamente do meio ambiente para sua subsistência, têm outra percepção da duração do processo de degradação.

A Lagoa de Sombrio foi considerada no passado como a maior lagoa de água doce de Santa Catarina. Sua lâmina d'água, que chegou a medir 2,3 m, atualmente chega à marca de 0,8 m (UNISUL, 2005). A degradação do

-
- 1 Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Atualmente é aluno do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Bolsista CAPES.
 - 2 Professora do Programa de Pós-Graduação em História e do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

manancial, causada pela retificação dos canais de escoamento, a agricultura, o despejo de esgoto doméstico e hospitalar e a disseminação da *Brachiaria radicans* Napper, afetou a subsistência da maioria dos pescadores. Atualmente, uma pequena parcela dos pescadores da parte sul da lagoa trabalha para se adaptar às novas características do meio.

A pertinência do artigo repousa sobre necessidade que os pescadores sentem de se organizar e de fazer ecoar nos mais diferentes meios de comunicação sua demanda por um ambiente sadio. As fontes utilizadas no presente artigo são os depoimentos fornecidos pelos pescadores da parte Sul e Norte da Lagoa. As entrevistas são uma fonte imprescindível para um melhor entendimento do meio ambiente, pois na(da) oralidade emerge um amálgama de subjetividades que ordenam o universo circundante. Também utilizamos os Estudos de Impacto Ambiental realizados, que atestam a degradação do manancial e auxiliam em nosso entendimento da situação reinante na região.

A história ambiental consegue tornar a disciplina histórica mais inclusiva, pois, como aponta Worster, "rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta 'super-natural', de que as conseqüências ecológicas de seus feitos passados podem ser ignoradas" (Worster, 1991, p. 199).

Na busca pela definição do espaço a ser analisado, no caso dos recortes espaciais ligados a terra, deve-se tomar cuidado para não naturalizar as fronteiras políticas e, sempre que possível, ainda transgredi-las, a fim de "(...) revelar a dimensão regional da pesquisa, corrigir e reafirmar pretensões iniciais e desvendar conexões até então não pensadas" (Silva; Linhares, 1995, 15-26). Ao definir inicialmente um corpo de água como recorte espacial, as questões fronteiriças tornam-se mais complexas, pois, como ocorreu na Lagoa de Sombrio, as margens são móveis, bem como sua área de influência, o que sucede tanto por ações antrópicas quanto por causas ambientais. Consecutivamente, com a transformação de fronteiras e a movimentação das margens, novas formas de relação com o mundo natural se efetivam.

As diretrizes de trabalho do historiador ambiental (Worster, 1991, p. 203) procuram avaliar as demandas em conjuntos. O primeiro deles é o entendimento da natureza, tal como um determinado ambiente organizou-se e funcionou no passado. Para tanto, o diálogo interdisciplinar com as ciências naturais mostra-se fundamental, sempre atentando para o viés ecológico. Entretanto, como no caso desta pesquisa, uma ajuda foi tão significativa

quanto os trabalhos produzidos por geógrafos na região, o contato com os pescadores que ainda sobrevivem da lagoa.

Nesse sentido, cabe afirmar que, além da ilustração acadêmica, o historiador ambiental deve entrar em contato com os saberes daqueles inseridos no ambiente. Com os procedimentos de história oral, pôde-se considerar o modo de vida e o posicionamento dos pescadores sobre o passado da lagoa e sua atual situação. Tal abordagem ainda vai ao encontro de extrair das entrevistas as percepções de natureza e de passado que os pescadores possuem e as diferentes formas de agir na atual situação em que se encontra o manancial de água, pois, como aponta Worster (1991, p. 210), ao buscar os significados da natureza, o historiador ambiental deve analisar como essas ideias são socialmente construídas.

Nesta pesquisa, a caracterização do meio natural vai além de uma narrativa protocolar com base a situar geograficamente o leitor. Baseada na temática da História Ambiental, a caracterização natural dialoga com a caracterização cultural. Evidenciar os elementos que produzem esse diálogo é essencial para o entendimento da conversa, e nessa busca pela compreensão do diálogo, é necessário ouvir ambas as partes. Contudo, como se pode “ouvir” uma lagoa? Donald Worster, em “Pensar como um rio”, oferece algumas considerações sobre a dinâmica das águas.

O primeiro mandamento para viver bem sucedido na natureza – viver por longo tempo e na mais alta possibilidade de desenvolvimento moral – é entender como aquele ‘rio circular’ e sua bacia hidrográfica trabalham em conjunto e adaptar nosso comportamento a isso. Ao contrário assumir uma atitude puramente econômica em relação à água é a forma mais acertada de fracassar na compreensão do ‘rio circular’ (Worster In: ARRUDA, 2009, p. 26).

Ao perceber a água como um bem, uma commodity, o meio teve que atender aos anseios econômicos e de engenharias estritamente degradantes que desprezaram a lógica de funcionamento, nesse caso, da lagoa, “não percebendo que aquelas sinuosidades fazem sentido e possuem uma lógica funcional” (Worster, 2009, p. 27). Assim que a agricultura começou a trilhar os caminhos da industrialização, a demanda hídrica transformou a Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba em apenas mais uma engrenagem

do sistema de produção. A agricultura irrigada operou uma dinâmica de extravagância difícil de ser sustentada, que o manancial não pôde manter por muito tempo. O rio, tornado um recurso inesgotável e tratado sem regramentos visando à preservação, gerou impactos negativos, que muitas vezes não foram contabilizados nos cálculos de crescimento econômico e na análise do progresso da região.

Sobre o foco do artigo, repousam algumas das consequências da degradação ambiental que acomete a Lagoa de Sombrio, ao abordar o processo de desarticulação cultural ao qual as populações tradicionais localizadas no entorno da Lagoa foram submetidas. Tal processo pode ser definido como o rompimento de um modo de vida em virtude do dismantelamento das condições locais de subsistência. Ao serem transformadas as características do meio a partir de meados do século XX, foi produzida uma instabilidade para a subsistência dos indivíduos que dependiam majoritariamente dos recursos lacustres. O significado de desarticulação cultural também versa sobre a perda de etnoconhecimentos importantes para a preservação ambiental, necessários para a manutenção das relações de dependência entre os indivíduos e o meio natural (Faria *et al.*, 2005, p.259).

Entretanto, tal processo não pode ser compreendido como o completo rompimento com as práticas pesqueiras nem com os aspectos culturais oriundos de distintas relações com o mundo natural. Como assevera William Cronon, nem natureza nem cultura são estáticas, é preciso reconhecer o dinamismo cultural e natural, pois natureza e cultura mudam com o tempo, mas a variação e a escala diferem enormemente (Cronon, 1993, p. 13). Nesse caso específico, a oscilação na variação e na escala foi potencializada pela inserção na região de novas formas de interação com o meio vinculadas à óptica de exploração do ambiente para aumento na produção e na efetivação do lucro.

A fim de precisar as características do grupo aqui definido como população tradicional, é necessário salientar que são em sua maioria brasileiros descendentes de luso-brasileiros, nascidos no meio rural, que viveram ou ainda vivem às margens da Lagoa de Sombrio e que, até a construção da BR-101(1971), ligavam sua segurança alimentar aos recursos encontrados no corpo lacustre.

Em "Vozes e imagens de Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e problemas ambientais", Faria *et al.* enfatizam a questão de que a degradação ambiental quebra o equilíbrio que existia entre os indivíduos

e o ambiente. As noções de equilíbrio e harmonia atualmente são muito discutidas, tanto nas relações entre os seres humanos e a natureza quanto nas relações dentro da própria natureza. Warren Dean, em “A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira”, desconstrói a ideia de uma natureza edênica, que nunca teria sido transformada por agentes naturais ou antrópicos (Dean, 1996). Os trabalhos de Antonio Carlos Diegues caminham nessa direção, ao discutir a mitificação preservacionista da natureza intocada. O autor evidencia que a desmistificação é imprescindível para se analisar o lugar das populações tradicionais e seus conhecimentos etnobotânicos na preservação do ambiente. Ressalta ainda que “uma grande parte das práticas tradicionais de manejo e de conhecimento acumulado sobre a mata, os rios, lagos e o mar têm influência direta dos saberes e práticas dos povos indígenas que foram transmitidos através de gerações de forma oral” (Diegues, 2006, p.55).

A Lagoa de Sombrio

A bacia do Rio Mampituba situa-se entre dois estados: Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O manancial é compartilhado entre os dois estados, o que ressalta as semelhanças no relevo e na hidrografia, logo, o desenvolvimento das práticas agrícolas foi semelhante nos dois lados do rio. Segundo Holn, “A área total da bacia é de 1.940 km², sendo 37% (712 km²) no Rio Grande do Sul e 63% (1.228 km²) em Santa Catarina” (Holn, 2008, p. 30). A bacia alcança atualmente total ou parcialmente 18 municípios, sendo que 10 estão do lado catarinense e 8 no sul rio-grandense.

Como ponto chave para a industrialização local, Leila Maria Vasquez Beltrão, em “A Industrialização em Sombrio/SC: Gênese e evolução” (2001), apropria-se da análise sobre a pequena produção mercantil e a industrialização das áreas coloniais do Sul brasileiro. Nessa perspectiva, afirma que, apesar de vinculada ao polo dinâmico nacional (Sudeste),

[...]a industrialização no sul desenvolveu centros com dinamismo próprio. Aqui [em Sombrio] a pequena produção mercantil de origem agrária, aliada ao pequeno capital comercial, à experiência artesanal, à presença de

operários de origem européia e a uma divisão social do trabalho forneceu as bases para uma evolução [industrial] (Beltrão, 2001, p. 2).

As explicações de Beltrão sobre a entrada do município na conjuntura industrial capitalista, apesar de devidamente acertadas, perdem de vista um fator preponderante, a influência do meio na incipiente industrialização da segunda metade do século XX. Não se trata de afirmar um determinismo do meio ou, até mesmo, da exclusiva dependência da indústria da matéria-prima local, mas de se levar em consideração que o tipo de produção e os meios para transporte de mercadorias estavam diretamente relacionados às condições que o meio oferecia e ao resultado do envolvimento das culturas luso-descendente e indígena.

Dessa forma, serve como marco a construção da BR-101 (início da década de 1970), tanto para conferir mobilidade e potencializar a ocupação do território quanto para escoamento de produtos a outras regiões, pois a circulação de mercadorias em âmbito regional ocorria por meio lacustre até o final da década de sessenta. O envio da extração de madeira e dos produtos cerâmicos também se dava via Lagoa de Sombrio, e lanchas maiores desaguavam a produção no porto gaúcho. Já a comunicação com o porto de Laguna, para escoamento principalmente da farinha de mandioca, ocorria por carretas de bois (Beltrão, 2001, p. 54).

Com a mudança do escoadouro econômico, a Lagoa paulatinamente perdeu importância e visibilidade para grande parte da população local. Ainda durante a década de 1970, foi criado um canal entre a Lagoa do Caverá (pertencente aos municípios de Araranguá e Sombrio) e a Lagoa de Sombrio. A ligação entre as duas lagoas já existia, mas era sinuosa. No mesmo projeto, a ligação da Lagoa de Sombrio com o Rio Mampituba, que também era sinuosa, foi aberta entre 1957 e 1978 (Scheibe & Pellerin, 1997, p. 119). Com a efetivação desse projeto, a vazão de água aumentou, a lâmina d'água da lagoa diminuiu e, sucessivamente, cresceram as terras utilizáveis para a agricultura.

Cabe destacar que a agricultura empreendida ao redor da lagoa foi tributária da Revolução Verde. Logo, foi utilizada uma gama de fertilizantes e agrotóxicos a partir de 1960 através de programas de extensão rural da extinta ACARESC. Segundo Miguel M. X. de Carvalho et al., a disseminação de defensivos agrícolas em Santa Catarina está diretamente ligada à fundação

da ACARESC, em 1957 (Carvalho, M. M. X.; Nodari, E. S.; Nodari, R. O., 2009, p. 2763). Nesse contexto, é de extrema importância a contribuição do estudo realizado por Juliana Presa ao historicizar, no sul de Santa Catarina, o estabelecimento do Programa de Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis (Pro-Várzeas) implantado de 1980 a 1985 (Presa, 2009) na esteira do projeto modernizador da Revolução Verde. O programa visava à utilização econômica das várzeas em todos os estados brasileiros através de saneamento agrícola, drenagem, irrigação e emprego de uma imensa gama de aditivos químicos de origem industrial.

Dessa forma, a degradação do ambiente tornou-se mais evidente à medida que se somaram as ações antrópicas que não respeitavam e/ou não percebiam os limites do meio.

A memória da lagoa

Inicialmente, cabem algumas considerações sobre a natureza das entrevistas inquiridas. A partir delas foram que se acessadas representações da natureza, inclusive com a frase que dá nome a este artigo. As entrevistas foram coletadas de fevereiro a março de 2009, na ocasião da produção do vídeo-documentário “Lagoa de Sombrio – Seu povo fala”, de Gustavo Rotta Camargo, sendo entrevistados pescadores dos municípios que margeiam a Lagoa. Deve ser ressaltado que alguns pescadores não quiseram participar das entrevistas, por não se sentirem à vontade, seja por não estarem com suas “carteiras de pesca” atualizadas, ou por enfatizarem que a Lagoa não apresentava problemas ou simplesmente por não desejarem ter seu nome veiculado no documentário e na presente pesquisa. Respeitamos a vontade destes, que acabaram não sendo mencionados.

Nas entrevistas que foram realizadas, valorizamos as histórias de vida como fio condutor para se compreender o contato dos pescadores com a Lagoa e o papel desta para eles. Questões relativas ao atual estado da Lagoa foram propositalmente deixadas para o final da entrevista, a fim de não direcionar os relatos sobre o passado. A maioria dos entrevistados é de idosos, e os depoimentos mais esclarecedores e impactantes foram os de dois pescadores que afirmaram não ter mais medo da morte, porque já estavam

velhos. Como afirma Michael Pollak, a percepção da iminência da morte faz com que o entrevistado sinta que sua sabedoria e vivência devam perdurar, por isso, nas entrevistas, esses sujeitos buscam compartilhar suas experiências e memórias (Pollak, 1992).

A historiadora Verena Alberti reitera que, com a intensa valorização das fontes orais no Brasil, nos anos oitenta do século XX, surgiu a crença de que estas trariam uma espécie de história-relato, em que a simples existência do relato já o efetivaria como história. Alberti afirma que o equívoco concretizou-se quando a fonte oral foi consolidada pelos historiadores como “verdade emanada do povo”, pois esta, como toda e qualquer fonte, deve ser inquirida (Alberti, 2006, p. 155).

Tocantes a este trabalho, os relatos memorialísticos focalizam as “histórias dentro da história”; essa afirmação baliza-se nas considerações de Vera Alberti em “Fontes históricas” (Alberti, 2006). Para a autora,

[...] um acontecimento vivido não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado. Isso significa que ele se constituiu (no sentido de tornar-se algo). Ao contar as experiências, o entrevistado transforma o que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido. Esse ‘trabalho da linguagem’ vem sendo estudado por diversos autores do campo da teoria da Literatura, que tomam como objeto de análise narrativas literárias e não literárias, inclusive narrativas orais (Alberti, 2006, p. 171).

Durante as análises das entrevistas, três eixos estiveram presentes em todos os relatos. A partir dessas temáticas, estruturou-se a narrativa do processo de desarticulação cultural dos indivíduos dependentes dos recursos naturais oriundos da Lagoa para sua subsistência. As temáticas são: o passado de fartura e prosperidade, a degradação e suas causas e a incerteza do futuro.

O passado de fartura

Durante a elaboração das entrevistas, por mais que o direcionamento entre os eixos passado e presente fosse constantemente reforçado pelo entrevistador, as narrativas das memórias dialogavam constantemente com as

duas balizas. Nesse processo, pôde-se perceber ressignificações, em que até mesmo as características do meio foram transformadas.

Esse processo também dificultou a catalogação e separação dos fragmentos dos relatos, ainda assim, uma delimitação cronológica e temática foi estabelecida para averiguar na fala dos pescadores a percepção da degradação da Lagoa e a dificuldade da atividade pesqueira.

Inicialmente, pode-se observar que todos os pescadores viam e ainda veem na possibilidade da pesca o maior recurso que a Lagoa pode oferecer. Em alguns casos, foi citado o turismo e o lazer, o uso da água para outros fins, como agrícola e consumo, mas não cogitado como um recurso.

As principais riquezas da Lagoa do Sombrio é a pesca e as pessoas virem praí andar de lancha, né.

Antes eu encontrava o Cará, a Traíra, Bagre, Tainha, Peixe-Rei, o Robalo e várias outras espécies mais pequenas. Ainda se encontra alguns desses, mas muito pouco peixe, a Tainha e o Robalo tão sumindo, que era o peixe do mar que entrava para a lagoa (Pereira, 2009).

Esse pescador, residente na parte norte da Lagoa (no município de Sombrio), não consegue mais pescar próximo à sua residência, tem que se deslocar até as proximidades da localidade de Anita Garibaldi, em Balneário Gaivota, a aproximadamente cinco quilômetros de distância em direção ao sul, para encontrar bons peixes. Segundo ele e outros entrevistados, na parte norte a água é “lamacenta”, e o peixe gosta de água limpa (Pereira, 2009).

Inicialmente, deve-se ressaltar que a Lagoa e os rios circundantes são percebidos pelos pescadores como espaços comunitários, porque sua cultura tradicional se constitui em torno destes, fazendo com que seus recursos possam ser utilizados por meio de técnicas apropriadas e recursos específicos por todos (Faria *et al.*, 2005, p.265).

Pedro Manoel da Rosa, mais conhecido como Pedro China, um exímio contador de histórias, é morador da parte sul da Lagoa de Sombrio. Ao tratar das riquezas do corpo lacustre, enfatiza os fatores que diretamente atacam a Lagoa. “Havia diferentes tipos de peixes, não tinha a degradação do povo que tem hoje. O que mais estragou foi a pesca desenfreada, não tem fiscalização, tiram o grande e o pequeno. Usam malha 5 ou 6 e só pode usar a 8 pra cima” (Rosa, 2009). A “degradação do povo que tem hoje”, que Pedro

ênfata, certamente faz alusão à diminuição do isolamento, característica essa que direcionava os laços de dependência dos pescadores às relações com o meio. Esse efeito catalisador produz causas que são complementares e relacionáveis: a degradação gera dificuldade na subsistência dos pescadores, o aumento da densidade demográfica compromete o isolamento e o grande número de pessoas também gera mais degradação.

José Raupp dos Santos, mais conhecido como João Marinho, presidente da Colônia de Pesca do município de São João do Sul, explica que “a principal riqueza da Lagoa é o peixe, né?! As melhores são a traíra e o siri, o camarão só dá no tempo de estiagem” (2009). A delimitação dos principais recursos na fala do presidente é a delimitação dos mais rentáveis atualmente. Essa escolha é provavelmente marcada pelo lugar que ocupa na colônia de pesca, em que procura articular um discurso em prol de melhorias nas atuais condições de subsistência dos associados.

A entrevista com Pedro China renderia um estudo à parte, sua habilidade de contar histórias faz de qualquer entrevistador mais um dos seus expectadores. Pedro entendia perfeitamente a função da entrevista, mas em diversos momentos criava maneiras de responder às perguntas com mais um “causo” dos tantos que conhecia. Para falar da história do povoamento da Lagoa de Sombrio, recorreu às histórias familiares, que serão transcritas na íntegra pelos diversos elementos contidos na narrativa:

Eu nasci e me criei aqui, essa casa que está aqui é do tempo do meu bisavô, essa foi feita em 1830 no tempo da Monarquia ainda. Foram os escravos que fizeram, mais ele. No tempo da Monarquia. Por que o primeiro a chegar aqui não foi ele, foi meu tataravô. Agora se vocês querem saber desde o princípio eu explico.

Entrevistador: Pode, pode explicar.

P: Em 1722 quando meu tataravô veio de Portugal, isto aqui era terra da Espanha, ainda. Então, como ele chegou aqui e não soube de quem era a terra, ele foi em Roma. Naquele tempo para saber do Papa de quem era a terra naquela posição. Ai ele respondeu [o Papa], “olha essa terra é de quem habita nela”. Ai um capitão doou uma sesmaria, isto daqui é uma sesmaria, são 3 léguas de frente e 9 léguas de fundo, ela faz frente no mar e fundo na serra. Então a primeira propriedade que ele fez, onde [hoje]

é a fabrica de refrigerante de Passo de Torres para cá, na sanga, por isso tem o nome de Sanga do Rodrigues, é aonde ele fez a propriedade. Um dia ele veio passeando com os escravos, ele tinha 70 escravos, ele era rico. Veio passeando pela mata, veio, veio, achou esse morro aqui [faz alusão ao local onde foi concedida a entrevista, hoje conhecido como Morro dos Macacos], então como tinha uma nascente de água muito boa, que até hoje é minha fonte de água ainda, ele fez uma roça de cana no alto do morro e um engenho no lado de cana-de-açúcar e cachaça. (...)

(...) Esse meu bisavô quando entrou a república ele foi juiz, eu conheci até a mesa de escritório dele, naquela época que ele morava aqui os antigos contavam que o peixe era tanto nessa lagoa que quando chegava a noite e as mariposas ameaçavam cair na água, a robalada era que nem uma tropa de gado (Rosa, 2009).

A narrativa de Pedro é tão rica quanto subjetiva, uma confluência de memórias individuais e coletivas que dialogam no intuito de fornecer sentido ao passado. Pode-se observar a estratégia do narrador em coordenar os dados oferecidos aos acontecimentos históricos. Como diz Pedro: “essa [casa] foi feita em 1830 no tempo da Monarquia ainda”. Como hábil contador de histórias, o pescador faz com que o interlocutor peça pela história, fornecendo para ele além do aval, um vínculo mais forte para a relação de recepção.

Não é cabível afirmar que a trama tecida por Pedro tenha sido estrategicamente produzida para a entrevista, o que pode realmente ser percebido é a junção de narrativas “pré-moldadas” às demandas do pescador de manifestar seu descontentamento com o atual estado da Lagoa. Apesar de nunca ter saído da região e de não ter frequentado a escola, como afirma o entrevistado, “nunca fui para a cidade, nunca fui para a escola, a natureza me ensinou o que eu sei” (Rosa, 2009), a sua percepção sobre a importância de algumas instituições também marcam o depoimento, como, por exemplo, no caso da “escolha” do carimbo de chancela de Roma e do Papa para a ocupação do local pelos seus ancestrais. No universo de significação de Pedro, essas são duas instituições universalmente investidas de autoridade, o Papa, como um “rei dos reis”, também é desígnio de justiça. Durante o relato, as lembranças familiares, em sua maioria, estavam ligadas ao universo do trabalho difícil, justo e honesto, portanto, ninguém mais indicado que o Papa para assegurar o direito à posse da terra para aqueles que honestamente desejam tirar dela seu sustento.

Na parte introdutória da entrevista, a busca por um passado idílico é lapidada nos moldes de uma grande história sobre um senhor de escravos. O tataravô de Pedro é traduzido como um senhor de setenta escravos, responsável pelo povoamento do local e pela construção da igreja na atual cidade de Torres-RS. Antônio César Sprícigo trata em "Sujeitos Esquecidos, Sujeitos Lembrados" da invisibilidade do negro nas histórias sobre a colonização da região do Extremo Sul de Santa Catarina. Nessa obra, ao analisar os inventários *post-mortem* (1840-1890), explica que na vila de Sombrio, que na época abarcava todo o sul da Província ao sul da atual Araranguá, havia 26 escravos (Sprícigo, 2007, p.87). Na sequência, Pedro explica, ao seu modo, como aconteceram as ondas imigratórias na região, e finaliza o relato atentando para a magnificência da natureza em épocas passadas, quando o barulho dos peixes na água era semelhante ao andar de uma tropa de gado.

A análise desse relato não se justifica para afiançar pelo selo da história produzida na academia se o pronunciamento é verdadeiro ou não; como afirma Alessandro Portelli, "até mesmo erros, invenções e mentiras constituem, à sua maneira, áreas onde se encontra a verdade" (Portelli, 1997, p.24). O que justifica a dessacralização das palavras do pescador é o entendimento da necessidade da narrativa. As palavras de Pedro chamam atenção para um passado vivido, um passado perdido; mas não perdido no tempo, pois pode ser revivido a cada nova oportunidade em que um visitante peça por uma história de como era a vida antigamente. Esse passado está perdido porque o meio ambiente se transformou, foi degradado. Pedro, como tantos outros entrevistados, vê a memória do passado paradisíaco devastada por diversos fatores que transformaram as condições naturais da Lagoa de Sombrio. Por esse motivo, tece uma narrativa que explicita as contradições entre passado e presente, fornecendo um triste panorama aos seus ouvintes.

Seria ingenuidade imaginar que todos os pescadores veem os problemas da Lagoa da mesma forma, pois como indivíduos diferenciados, apropriam-se das estratégias mais diversas para tentar se adaptar às adversidades impostas pela degradação. Esse é o caso de João da Silva Coelho, que depois da retificação do canal da Barrinha, teve o canal de ligação entre a Lagoa de Sombrio e o Rio Mampituba trazido para perto de sua casa. "Eu já vi de tudo aqui, já vi enchente de encher tudo d'água e vi seca das cobras virem tomar água no rio. E aí, se quiserem arrumar aqui, de repente melhora, de repente não, né?!" (Coelho, 2009).

A degradação e suas causas

Ao tratar das causas da degradação, os pescadores são enfáticos e demonstram grande clareza no entendimento das características do meio natural. Entretanto, cada indivíduo fornece um apanhado de causas à degradação, conforme a região da Lagoa onde reside, o que concede ao entrevistador informações importantes para a compreensão “moral da história” em cada entrevista (Alberti, 2006, p. 186).

Isso fica mais evidenciado nas descrições individuais sobre as transformações que ocorreram na Lagoa. Nesse caso, ao tratar das causas da degradação, Pedro China enfatiza: “O que é da natureza não se mexe, como se diz né?!” (Rosa, 2009). A preocupação com a preservação é diferente nas palavras de José Marinho, que não é tão insistente quanto Pedro. “O que a natureza fez, o que Deus fez, o que foi feito por Deus: a natureza, coisa bonita e boa; o homem com certeza não quer estragar, quer melhorar. Mas, às vezes acerta e às vezes erra”. José reconhece uma ordem superior à humana ao designar para Deus a criação de uma natureza bonita e boa, mas endossa também uma essência bondosa no homem, que em alguns momentos erra ao querer melhorar aquilo que Deus lhe ofereceu.

No tocante às causas da degradação, uma das mais lembradas pelos interlocutores é a salinização. Importante deixar claro que todos os pescadores afirmaram que a Lagoa sempre sofreu o processo de salinização, inclusive antes da construção do canal da Barrinha (retilinação realizada a fim de drenar os campos para a agricultura). Pedro Manoel da Rosa fez questão de explicar como a Lagoa se torna salgada:

Para salgar a lagoa é assim ó. Da estatura que está nossa lagoa agora, se ela só baixar mais um pouco ai ela fica no limite do mar. Ela não baixa mais que aquilo ali, ai dá o [vento] Sul a água salgada vem pra lagoa, dá o Nordeste ela desce, fica naquele balanço assim, ela e o mar. Quando ela salga, bem salgada mesmo, ai até aquelas urtigas do mar vem. E tem uma lição quando o mês de julho salgou em outubro dá camarão, ai dá bastante camarão, em outubro. Não salgou a lagoa o camarão não cresce, pois vocês sabem que o camarão se cria na lagoa, mas não cresce sem salgar a água, ai ele fica todo pequenininho, e o camarão é a pesca que mais dá dinheiro pro pescador (Rosa, 2009).

Amilton da Rosa Teixeira complementa a explicação de Pedro ao enfatizar que “entrou a água salgada por causa do desnível da água, que baixou” (Teixeira, 2009). O que pode ser compreendido é que, na visão do pescador, com a construção do canal da Barrinha em linha reta, a vazão de água aumentou e o nível da Lagoa teria diminuído, favorecendo assim a entrada da água salgada.

Pedro Manoel da Rosa, especificamente sobre a retificação dos canais, deixa bem claro que “(...) queriam fazer campo no Sombrio, por isso trouxeram as dragas e fizeram reto”. Logo adiante, o pescador também dá sua opinião sobre as causas do assoreamento, “o rio ficou direto e por isso vi desbarrancando” (Rosa, 2009). A necessidade de drenagem dos campos alagadiços para fins pecuários e agrícolas foi igualmente explanada pelo engenheiro agrônomo Carlos A. Z. Mendes (2009).

José Raupp dos Santos fornece mais detalhes sobre como a memória coletiva evidencia esse fato:

[...] me disseram alguém, eu não vou condenar, que foi a exploração de terra turfa, próximo a Araranguá, lá numa fazenda lá. Pra explorar um lodo oleoso pra queimar lajota em Criciúma, então que com muita influencia de políticos, essa gente grande que manda, né?! Eles fizeram isso daí pra escoamento das águas, para baixar as águas lá em cima, para poder tirar esse lodo turfa para queimar lajota. Tá tudo bem, eles tão trabalhando, não tão roubando, só que na fauna e na flora, na natureza, o que hoje tá acontecendo eu posso dizer sem medo de errar, isso daí foi um grande fracasso pra nós pescador pobre que vivemos aqui (Santos, 2009).

No que se refere ao tema poluição, é observado que este gera opiniões distintas, pois o termo pode ser apropriado de diversas maneiras.

João da Silva Coelho explica que, “se é que tem [poluição] é lá pra cima, lá de Sombrio. Aqui não dá pra se queixar, mas a gente coopera com a limpeza. Podes ver, tu olha ai ó, coisa linda, tá bonito!” (Coelho, 2009). Nesse caso, apenas o lixo é visto como elemento poluente, e João, morador da Barrinha, ainda faz questão de destacar que na localidade todos estão engajados em manter o local limpo, diferente da população de Sombrio, na parte norte da Lagoa. A mesma percepção é compartilhada por Amilton da Rosa Teixeira. O pescador assegura que, “dentro da sua área”, toma os cuidados devidos com o lixo. “A respeito da preservação da lagoa nós temos

que ter muito cuidado com o lixo, né?! Então aqui dentro da nossa área a gente coloca os tonéis de lixo pro pessoal colocar o que é lixo no lixo, né” (Teixeira, 2009).

Aldir Souza Pereira destaca que “a lagoa tá muito poluída, devido ao nosso Rio da Laje. É que tem granja lá pra cima e quando eles soltam aquela água vem muito lodo junto e vem entupindo tudo no canal, já formou uma coroa [banco] de areia na saída [foz] do rio” (Pereira, 2009). Essa “coroa de areia” referida pelo pescador da parte norte é resultado do assoreamento na foz do Rio da Laje, da colmatação (característica do corpo lacustre citada anteriormente) e da aglutinação de sedimentos ao redor das raízes da gramínea *Brachiaria radicans*. O potencial invasivo da gramínea africana foi percebido na parte sul da Lagoa, “a *brachiaria* veio do Sombrio para cá com uma chuvarada. De um pezinho tá tomando conta. Só toma conta da Lagoa, é uma praga” (Rosa, 2009).

Nas idas e vindas entre passado e presente, Pedro tenta deixar claro que agora “tudo ficou com regulamento”, no entanto entrega – “mas o pescador vocês sabem com é!” – que mesmo a classe dos pescadores artesanais não é tão coesa quanto ele gostaria que fosse (Rosa, 2009). Depois de realçar essa situação, arremete contra aqueles que no seu entender são os maiores causadores dos tormentos da pesca, os pescadores de fora, que não têm licença para pescar na Lagoa de Sombrio. Sobre as práticas dos pescadores de fora, Pedro explica que a mais perigosa é o “batuque” ou “batimento”.

O batimento é assim: aqui assim tem um “margotão” [cardume] de peixe no juncal, ali, então eles pegam e fazem o cerco com a rede, por fora do cardume, e depois entram para dentro e descascam o cacete na água. Pros peixes se assustar, e aí tudo enganchar na rede. Esse é o cerco de batuque, como se diz, e isso é proibido, né?! Daí o peixe que tem ali eles tiram, e o que escapa não quer mais nem saber dessa distância de água (Rosa, 2009).

Pedro ainda esclarece que normalmente esses pescadores utilizam redes “miudeiras”, com malhas inferiores às permitidas por lei, o que gera o problema da diminuição da ictiofauna. Para diferenciar os pescadores associados às Colônias, reitera: “pescador que é pescador sabe pescar, larga o miudinho para ter peixe sempre” (Rosa, 2009). Parece legítimo para o morador do Morro dos Macacos que a definição “pescador” recaia sobre aquele que

corretamente se adaptou às novas condições impostas pela legislação, pois essas condições estão diretamente ligadas ao manutenção da coletividade.

Na percepção dos pescadores da parte norte da Lagoa, além do problema da utilização de meios ilegais pelos pescadores descredenciados, práticas insustentáveis continuam sendo realizadas pelos pescadores da parte sul, “vem diminuindo o peixe na Lagoa de Sombrio por aquele problema lá na Barrinha, o pessoal cercam lá com rede e não entra o peixe do mar pra nós. E eles não dão bola pra isso, até inclusive está difícil de a gente sobreviver da pesca por causa disso aí!” (Pereira, 2009). Aldir tenta trazer em números a quantidade de pessoas que vivem da pesca atualmente – “tem umas 200 pessoas que vivem da pesca ao redor da lagoa, fora o pessoal de fora que entra clandestino” – com o intuito de deixar claro que são poucas (Pereira, 2009). Nesse ponto, além de deixar evidente a prática dos pescadores da parte sul de concentrarem suas redes de pesca no início do canal da Barrinha, define a polarização entre as partes sul e norte, em que o norte é acusado pelo sul de ser poluidor sendo que, por sua vez, a parte norte acusa o sul de práticas insustentáveis de pesca no canal da Barrinha.

Após a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental nos anos de 1998 e 2005, ficou evidente que a agricultura realizada às margens da lagoa era altamente impactante. Desde 2005, por determinação judicial, o cultivo às margens da Lagoa de Sombrio foi proibido. José Marinho explica a visão dos pescadores sobre a agricultura:

Nós pescadores não somos contra a agricultura, a agricultura traz riqueza. Mas tudo tem limite, né?! A agricultura avançou sobre a lagoa, foram roçando ali no junco, tudo bem que com ordem do Promotor de Sombrio os rizicultores pararam de plantar, mas os ductos tão lá ainda e a terra eles não devolvem (Santos, 2009).

O fechamento do canal da Barrinha até a realização do Estudo de Impacto Ambiental de 2005 era fortemente defendido como alternativa para aumentar a lâmina d’água da Lagoa. José Raupp dos Santos (presidente da Colônia de Pescadores) explica o que poderia acontecer se o canal fosse realmente fechado:

O canal da Barrinha não pode ser fechado. O nosso pescador ele não tem leitura, mas ele é inteligente, por uma obra de Deus ele é inteligente, ele

tem muito conhecimento do setor pesqueiro. Ele sabe, como nós sabemos, e eu como presidente de colônia, que se fizer essa barragem para levantar água eu vou citar três coisas que vão acontecer: as enchentes vão ser mais fortes, por que a lagoa também é reservatório da água da chuva; se fechar não entra peixe de água salgada, também a água do mar não ‘limpa’ mais a lagoa; e a *Brachiaria* toma conta de um jeito só (Santos, 2009).

A incerteza do futuro

Em diversos momentos das entrevistas, um tom fatalista tomava conta dos pescadores. As falas que inicialmente pareciam violar a memória da fartura na Lagoa, ao longo das narrativas eram consideradas como veículo para divulgar uma degradação que se entendia para além do meio físico. A resistência às perguntas transforma-se em vontade de falar. Durante a ressignificação do passado, os pescadores perceberam que não eram as perguntas que realmente violentavam “aquele” passado, e sim a degradação ambiental que atacava o passado de abundância que “teima” em não se deixar abalar.

A relação entre o mar e a Lagoa de Sombrio nos relatos dos pescadores é de extrema importância, tanto para a conservação da lagoa quanto para a entrada de peixes de água salgada no corpo lacustre. Pedro Manoel da Rosa explica que “quando salga a lagoa o peixe vem do mar, mas mesmo assim, [hoje] é difícil vir peixe” e “a conservação da Lagoa do Sombrio é a água do mar entrar pela Barrinha, se fechar a Barra poluía a água de vereda [muito rápido], por que vira tudo um limo” (Rosa, 2009).

Entretanto, é perceptível para José Raupp dos Santos que algumas medidas devem ser tomadas quanto às retificações dos canais de escoamento:

[...] um estreitamento do canal da barrinha pode ajudar a aumentar o nível da lagoa, porque antes não passavam duas canoas uma do lado da outra, tinha que esperar uma folga pra passar, e agora são vinte metros de canal, isso é falha humana, mas a gente pode melhorar (Santos, 2009).

Aldir Souza Pereira afirma que, se o problema persistir, as condições de subsistência dos pescadores, principalmente os da parte norte, continuarão

cada vez mais comprometidas: “hoje em dia não tem mais como viver da pesca, a não ser que o pessoal dê um jeito lá na Barra” (Pereira, 2009).

Outra característica que compromete a subsistência é a pesca predatória, que utiliza métodos insustentáveis para capturar o máximo de peixes e direcioná-los ao mercado regional. Aldir Souza Pereira explica que “tem gente que vem de fora com rede malha 5 ou 6 que é proibido, e levam tudo” (Pereira, 2009). Para evitar essa prática, Pedro China enfatiza que todos os cinco municípios (Sombrio, Balneário Gaivota, Santa Rosa do Sul, São João do Sul e Passo de Torres) “tem que fiscalizar a lagoa, porque do jeito que está a lagoa não se pode mais viver só da pesca. As prefeituras tinham que cuidar disso, todas juntas, porque a Lagoa tá em todos os municípios” (Rosa, 2009). Em diversos momentos da entrevista, retoma o tema da fiscalização intermunicipal. O presidente da Colônia de Pesca de São João do Sul, José Marinho, insiste na designação de um fiscal por município para vistoriar o material de pesca e a licença dos pescadores:

Se não tiver farda o povo não tem medo. A fiscalização tem que ser municipalizada, porque a gente sabe que acabar com a lagoa é acabar com o emprego, e pra que ser pescador se não tem peixe? Aqui em São João do Sul são mais ou menos 140 famílias dependendo da pesca. E o que esse povo vai fazer, não dá pra viver de ajudinha da prefeitura e cesta básica, tem que ter a lagoa pra pescar (Santos, 2009).

A falta de regulação, aliada à pesca predatória, pode ser considerada como a principal reponsável pelo maior problema que uma colônia de pesca pode enfrentar, que é a diminuição da quantidade de pescadores artesanais.

Antes um pescador podia sustentar uma família com a pesca, hoje já não pode mais. E o maior problema é quando colocam redes lá na boca do rio [Mampituba], abaixo do nível do rio um metro, aí se ia passar 500 quilos de peixe passa 50kg. Sem contar que diminuiu muito o numero de peixes, hoje já não tem mais traíra da grande (Santos, 2009).

A desarticulação sociocultural dos pescadores encontra maior obstáculo nas dificuldades de subsistência. Aldir Souza Pereira expõe: “os meus filhos não quiseram ser pescadores” (Pereira, 2009). José Raupp dos Santos explica que espera que a situação melhore, mas acertadamente percebe que a situ-

ação da Lagoa de Sombrio é crítica e reconhece as ambiguidades e disputas contidas no debate pela sua preservação.

Eu acredito assim, quem não é visto não é lembrado. Para saberem da insatisfação das coisas erradas, eu acho que nós pescadores e presidentes de colônias temos que manifestar a nossa insatisfação das coisas erradas que nós estamos vendo. Porque eles [as autoridades] não vão adivinhar que nós estamos nessa ruim ai!.

(...)

O papel institucional de José Marinho como líder da Colônia de Pescadores é marcante nesse pronunciamento. Para o presidente, os pescadores devem se manifestar para divulgar seu descontentamento para que as autoridades possam ajudá-los, do contrário, dá a entender que estas não se mobilizariam por conta própria. Ainda, expressa um misto de gratidão e contentamento pela iniciativa dos pesquisadores de realizar as entrevistas, entretanto reitera ao final a necessidade da agência dos pescadores.

Em virtude das diferentes formas de adaptação ao processo, alguns pescadores se beneficiaram das transformações no meio ambiente, como foi o caso de Amilton da Rosa Teixeira, que instalou um restaurante no canal da Barrinha, de onde seus clientes podem ver a Lagoa e fazer passeios de barco até o Morro dos Macacos. Segundo ele, o canal deve ficar “como ta... Ele foi feito como era antes e tem que continuar, né?! Tem que continuar” (Teixeira, 2009). A memória do pescador sobre o passado, diferente da dos outros pescadores, não é idealizada, para Amilton, a “época de ouro” é essa, “hoje nos temos a pesca do camarão, do siri e da tainha que dá um desenvolvimento muito bom, antes era mais o peixe de água doce como a traíra, o bagre e o cará, mas em termos de arrecadação hoje ta melhor” (Teixeira, 2009).

A busca pela produção agrícola para segurança alimentar não é mais percebida pelos pescadores como uma necessidade, o abastecimento local e regional de peixes tornou-se o foco também dos pescadores artesanais da Lagoa de Sombrio. Como afirma João da Silva Coelho, “pro pescador sobreviver o peixe tem que ter comércio!” (Coelho, 2009).

Os contrastes entre o passado de abundância e o presente de dificuldades durante as entrevistas era constantemente evocado:

Eu acho que o tinha pra falar eu já falei, só que a gente lamenta muito, do jeito que as coisas estão hoje, porque se criar aqui do jeito que eu me criei, pegava 50 tainha de três ou 4 quilos e naquele tempo não tinha nem pra quem vender. Mas era muita fartura de peixe, diferente de hoje que trabalha o dia todo para pegar uma tainha ou duas, quando pega. Então a gente lamenta muito, é claro que aumentou muito o povo. Mas se a gente cuidar da nossa lagoa e as autoridades nos ajudarem, e eu acho que não tá tão difícil (Santos, 2009).

Na fala de José Marinho, observa-se o crescimento populacional ocorrido depois da década de 1970 como fator preponderante para a degradação da Lagoa. Como foi anteriormente evidenciado, o crescimento da cidade de Sombrio acarretou um aumento na quantidade de esgoto despejada na Lagoa. Apesar do descontentamento, o presidente da Colônia de Pesca de São João do Sul explica que se as autoridades auxiliassem os pescadores, não seria tão difícil cuidar da lagoa. Esse posicionamento marca a estratégia de José Marinho durante toda a entrevista. Mesmo destacando continuamente os pontos que levaram à degradação, busca evidenciar que com apoio das autoridades a situação poderia ser revertida.

Para finalizar seu relato, José Marinho enfatiza: “eu da minha parte quero o bem de todos, não quero o bem de três ou quatro, quero o bem de todos. Eu quero que todos nós estejamos unidos, na paz de Jesus Cristo conforme determina a Bíblia Sagrada” (Santos, 2009). A fala do pescador soa como uma oração, uma súplica pela graça divina para estabelecer o bem entre todos.

Pedro Manoel da Rosa não utiliza a mesma estratégia de José Marinho para encerrar sua entrevista. Muito menos político, usa toda sua vivência e conhecimento para avaliar seu posicionamento. Uma ideia que, da mesma forma que algumas das suas histórias, pode não ter um final feliz: “pela minha experiência o que eu tô vendo disso daí, vai chegar uma época que nem pra pegar pra comer não vai ter” (Rosa, 2009).

Qual o final dessa história?

Este trabalho não almeja, e nem pode, oferecer um “final da história” referente à situação da Lagoa de Sombrio. Inicialmente pelo fato de o co-

nhecimento histórico ser, como afirmou E. P. Thompson, seletivo, provisório e incompleto (1981). Em segundo lugar, pelo motivo de que a história da degradação ou da conservação da Lagoa de Sombrio ainda não terminou, pois, apesar da crescente mobilização em nível social, as estratégias políticas para recuperar o manancial ainda não são representativas.

As inquietações que conduziram a pesquisa surgiram de uma problemática marcada pela preocupação com a falta de conhecimento da população em geral sobre as atuais condições do manancial. A construção da BR-101, no início da década de setenta, inaugurou um processo de desenvolvimento regional que trazia a região do extremo sul catarinense para a economia de mercado.

Nessa dinâmica, tanto o meio natural quanto os seres humanos são “transformados” em mercadoria, em recursos. A Lagoa de Sombrio, antes direcionada à coletividade, passa a ser encarada como um recurso com potencialidade econômica, que deveria ser racionalmente utilizado para dinamizar a economia da região.

A modernização chegou ao extremo sul catarinense, e com ela as consequências da falta de planejamento ambiental. As retificações dos sangradouros, inicialmente construídos para drenagem das áreas alagadiças, possibilitaram uma série de intervenções agrícolas e extrativistas ao redor dos corpos hídricos. Também deve ser salientado que a diminuição do nível da lâmina d’água é tida como resultado dessa implementação, pois com a construção dos canais em linha reta, a vazão d’água aumentou.

Como aponta a História Ambiental, as características do meio devem ser levadas em consideração para se entender melhor o encadeamento de acontecimentos. A colmatação é um processo que acomete os corpos lacustres litorâneos do extremo sul catarinense. A natural aglutinação de sedimentos no fundo e nas bordas dos mananciais, nesse caso, foi potencializada pelo aumento da vazão da água, que por sua vez propiciou o avanço do assoreamento nos locais onde a mata ciliar foi devastada.

Entretanto, a construção do canal da Barrinha, que liga a Lagoa do Sombrio ao Rio Mampituba, não trouxe só consequências ambientalmente desastrosas. Ao permitir um maior volume de entrada da água salgada trazida pelo vento sul, a quantidade dos peixes marinhos encontrados na Lagoa aumentou. A dinâmica de entrada e saída da água do mar também é vista pelos pescadores como positiva para a oxigenação d’água e a dispersão de materiais poluentes.

Como destaca William Cronon, natureza e cultura não podem ser vistas como elementos estáticos (Cronon, 1993). Entretanto, no caso da Lagoa de Sombrio, a transformação do meio ocorreu numa escala diferente da escala do tempo natural. As alterações nas características do ambiente submeteram tanto os seres humanos quanto os animais e plantas às novas relações com o entorno, produzindo um novo arranjo social. Como ficou evidente na fala dos entrevistados, a desarticulação social, econômica e cultural das populações tradicionais aconteceu em razão da profunda relação que esse grupo tinha com o meio ambiente para produzir sua subsistência.

Convém destacar que a degradação não foi o único fator a produzir a desarticulação cultural da população tradicional localizada nas proximidades da Lagoa. A sociedade também se transformou ao longo desse período. A cultura de massas popularizou-se e, até certo ponto, tornou mais fácil a obtenção de bens de consumo que antes não estavam disponíveis na região. A dinâmica alimentar, por exemplo, foi drasticamente transformada com a proliferação dos supermercados e mercados regionais. A segurança alimentar pautada na produção própria deu lugar ao consumo regulado pela compra.

A degradação que incidiu sobre a Lagoa modificou a natureza das transformações que ocorriam no manancial. A pesca predatória, antes vista simplesmente como padrão desviante, passou a padrão constante e concorrente, dessa forma também geradora da falta de peixes. A variação das práticas de subsistência deve ser observada, pois antes da inserção da economia de mercado, a segurança alimentar estava ligada à natureza policultora das propriedades, onde práticas agrícolas e pecuárias de alguma forma completavam as conexões entre os indivíduos e sua subsistência.

A situação dos pescadores localizados na parte sul da Lagoa é emblemática. A construção do canal da Barrinha e a retificação por ele produzida possibilitaram que a água do mar entrasse mais facilmente na Lagoa, com isso, a salinização da parte sul, que antes era esporádica, tornou-se mais frequente, e uma nova gama de espécies passou a ser encontrada com mais intensidade, como é o caso do camarão. O alto valor de mercado desse crustáceo modificou a percepção econômica dos pescadores, que passaram a atender as demandas dos mercados regionais.

Ainda se deve considerar que nem todos os indivíduos ligados à pesca estabelecidos na parte sul da Lagoa "migraram" para esse modelo econômico.

Se isso realmente fosse possível, a degradação da Lagoa não seria vista pela maioria dos pescadores da parte sul como negativa.

Os atuais debates sobre a preservação da Lagoa estão relacionados às primeiras questões levantadas em meados da década de 1990. O ponto central das discussões ainda é o reduzido volume da lâmina d'água, que parece constantemente esvair-se. A primeira resposta a essa situação foi o trancamento ou barramento do canal da Barrinha, encontrado em diversos periódicos também como “fechamento”. A questão parece ter sido rapidamente transformada em barramento, o fechamento completo era incabível ao manancial. Uma análise preliminar (1998) e um EIA (2005) foram produzidos para avaliar as consequências dessa ação.

O resultado demonstrou que o barramento produziria mais ações negativas que positivas, dado o nível de degradação que a Lagoa já havia atingido. O amadurecimento das mobilizações sociais em relação às demandas ambientais no extremo sul catarinense também veio como resultado do processo de percepção da degradação da Lagoa de Sombrio. O barramento, antes visto como solução ideal, passou a ser considerado nocivo ao meio, pois a dinâmica de entrada da água do mar, facilmente percebida pelos pescadores, também foi constatada pelos pesquisadores em 2005. Esse processo foi considerado positivo para o manancial, pois apesar de tornar a água mais salobra na parte sul, colabora para a dispersão dos sedimentos jogados na Lagoa.

A memória dos pescadores sobre o processo de degradação da Lagoa de Sombrio oferece um rico apanhado da percepção sobre a paisagem e suas transformações. As primeiras discussões e os primeiros estudos sobre a recuperação da Lagoa não levaram em consideração o conhecimento tradicional que esses indivíduos têm para oferecer. Os ciclos da lagoa, a entrada do vento, a entrada de água do mar são informações que surgiram após o intercâmbio de conhecimentos entre pesquisadores e pescadores.

Referências

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

BELTRÃO, Leila Maria Vasquez. *A industrialização em Sombrio/SC: gênese e evolução*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Geografia - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CARVALHO, M. M. X.; NODARI, E. S.; NODARI, R. O. Avanço no Uso de Agrotóxicos e das Intoxicações Humanas em Santa Catarina. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, p. 27-63, 2009.

COELHO, Rolando C. S. Assim Nasceu Sombrio. *Jornal Correio do Sul*, Sombrio, 2003.

CRONON, William. The Uses of Environmental History. *Environmental History Review*. Durham, 1993. p.1-22.

DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, A.C. *O Mito da Natureza Intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Plano Nacional de Recursos Hídricos*. Brasília: MMA/Secretaria de Recursos Hídricos, 2006.

FARIA, I. M. *et al.* Vozes e imagens do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e problemas ambientais. In: BRUMER, A.; PIÑEIRO, D. (Org.). *Agricultura latino-americana: novos arranjos e velhas questões*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005, p. 259-286.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura. *Estudo da Lagoa do Sombrio*. Urussanga: EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural, 1999.

HADLICH, Gisele Mara. *Cartografia de riscos de contaminação hídrica por agrotóxicos: proposta de avaliação e aplicação na microbacia hidrográfica do Córrego Garuva, Sombrio, SC*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

HOLN, L. *Expressões de conhecimento de grupos sociais locais para a gestão de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Mampituba*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MONTENEGRO, A. T. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

NODARI, E. S. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da História Ambiental. *Debates e Tendências*. Passo Fundo, v. 9, 2009. p.135-149.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p.200-212.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, v. 15, 1997. p.13-50.

PRESA, J. B. A experiência de agricultores em relação à utilização da água na produção de arroz irrigado (1980-2009). *IV Congresso Internacional de História*. Maringá: Editora Clichetec, 2009. p. 2019-2030.

RAMBO, B. apud FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E CENTRO DE ECOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Parque Estadual de Torres: importância da área para preservação e proposta de delimitação do parque*. Porto Alegre: FEPAM/UFRGS, 1991.

RAUPP, G. *Avaliação ambiental do Rio da Laje e suas interações com o ecossistema costeiro no município de Sombrio - SC*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2008.

REITZ, R. *Paróquia de Sombrio: ensaio de uma monografia paroquial*. Brusque: Azambuja, 1948.

ROSSO, J. C. *Avaliação do consumo de água em lavouras de arroz irrigado no sistema pré-germinado nas condições climáticas do sul catarinense*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2007.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. *Bacias Hidrográficas de Santa Catarina: Diagnóstico Geral*. Florianópolis: 1997.

SCHEIBE, L. F. Sombrio: Desenvolvimento Sustentável e Cidadania In: SCHEIBE, L. F.; PELLERIN, J. (Org.). *Qualidade Ambiental de Municípios de Santa Catarina: o município de Sombrio*. Florianópolis: FEPEMA, 1997.

SPRÍCIGO, A. C. *Sujeitos Esquecidos Sujeitos Lembrados: entre fatos e números, a escravidão registrada na Freguesia do Araranguá no Século XIX*. Caxias do Sul: Murialdo, 2007.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UNIVERSIDADE do SUL de SANTA CATARINA. Curso de Engenharia Ambiental. Empresa Júnior de Engenharia Ambiental – EJEA. *Estudo de Impacto Ambiental - Canal da Barrinha na Lagoa do Sombrio*. Palhoça, 2005.

WAHRLICH, R. et al. Caracterização Ambiental da Lagoa do Sombrio. In: SCHEIBE, Luis Fernando; PELLERIN, Joel (Org.). *Qualidade Ambiental de Municípios de Santa Catarina: O município de Sombrio*. Florianópolis: FEPEMA, 1997.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

WORSTER, Donald. Pensando como um rio. In: ARRUDA, G. (Org.). *A Natureza dos Rios*. Curitiba: Editora da UFPR, 2009.

Resumo: Este artigo analisa as percepções de pescadores tradicionais que vivenciaram a degradação da Lagoa de Sombrio, no Extremo Sul de Santa Catarina, de 1960 a 2010. Esse manancial, que já foi considerado o maior corpo de água doce do estado catarinense, vem sofrendo um processo de antropização que foi potencializado pelas próprias características do meio e culminou na sua degradação, na diminuição da ictiofauna, no encolhimento das margens e na diminuição da lâmina d'água. Dessa forma, em virtude da dependência dos recursos oriundos do meio natural, a degradação do manancial produziu a desarticulação da subsistência da maioria dos pescadores da Lagoa de Sombrio.

Palavras-chave: história ambiental, memória, degradação ambiental, Lagoa de Sombrio.

“What is from nature is untouchable”: Memory and Environmental degradation at the Sombrio Lagoon-SC (1960-2010)

Abstract: This paper analyzes traditional fishermen perceptions, who lived Sombrio Lagoon's degradation, in the southern part of Santa Catarina state, from 1960 to 2010. This wellspring, that was considered the largest freshwater body in Santa Catarina, has been suffering an antropization process that raised by its own characteristics and led to decreased fish populations, shrunken margins and reduction of water depth. In this context, besides interviews, a lot of sources were used: Environmental Impact Researches, iconography, memorialistic books and interdisciplinary bibliography. Thus, because of the dependence on environmental resources, the wellspring degradation produced an subsistence disarticulation to majority of the traditional fishermen at Sombrio Lagoon.

Keywords: Environmental History; Memory; Environmental Degradation; Sombrio Lagoon.

Recebido em: 14/03/2012

Aprovado em: 05/05/2012